



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de 2025, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 001/2026, de 20 de janeiro de 2026 e realizada no 26 de fevereiro de 2026, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Estavam presentes na Casa os Srs. Vereadores: Jorge Luiz de Souza, Geruza Melo do Nascimento Reis e Rafael da Silva Blanco; também presentes, o Sr. Fábio Ribeiro – Secretário de Administração e Finanças e mais 6 (seis) pessoas, conforme registro em lista de presença, anexado ao processo. O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Jorge Luiz de Souza, fez a abertura da Audiência Pública e a presidiu cumprimentando todos e explicando as razões pela qual aquela Audiência Pública estava sendo realizada e deixou claro que a mesma seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [facebook.com/camarajaguariuna](https://www.facebook.com/camarajaguariuna) e do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna); A seguir, convidou o sr. Fábio Ribeiro, para explanar sobre os dados daquela audiência, conforme apresentação de slides no telão do Plenário; o sr. Fábio cumprimentou a todos, lembrou que aquela audiência cumpria a Lei de Responsabilidade Fiscal e deu início às seguintes apresentações gráficas: 1. Demonstração das Receitas previstas em 2025 e as realizadas até o quadrimestre; 2. Demonstração das Despesas previstas em 2025 e as realizadas até o quadrimestre; 3. Resultados consolidado com as receitas arrecadadas, empenhadas e liquidadas; 4. Dívidas consolidadas 2025; 5. Detalhamento da Dívida Fundada; 6. Receita Corrente Líquida; 7. Limites de Gastos com Pessoal nos últimos 12 meses; 8. Receita de Impostos e Transferências Constitucionais; 9. Aplicação no ensino Art.212 CF/88; 10. Aplicação no FUNDEB; 11. Aplicação em Saúde -EC 29/2000; 12. Comparativo ICMS;13. Restos a Pagar. A seguir, o sr. Rafael Blanco fez uso da palavra dizendo que apesar da queda do ICMS na Educação, além do índice padrão que tinham de gastar na Educação foram gastos mais 21 milhões, acima do índice e na Saúde além do índice mínimo de 35% mais 55 milhões, então além de todo aquele controle eles estavam tendo todo o cuidado de investir na Educação; parabenizou a Administração por aquele cuidado e que mantivessem aquele controle para poder atender a população; a seguir, fez uso da palavra a sra. Geruza Reis, que parabenizou a apresentação do Sr. Fabinho, sendo simples e objetiva e ela como educadora ficava feliz em ver os resultados e com relação aos 27 milhões e questionou se seria provavelmente para suprir aquela diminuição da arrecadação do ICMS e o sr. Fabinho disse que sim e sendo observada aquela redução da receita, parte da arrecadação deveria entrar para o caixa para suprir; em seguida, o sr. Presidente, Jorge Luiz de Souza disse que a reserva de contingência estava zerada e perguntou se tinha sido anulada para abrir algum crédito suplementar ou se estavam segurando artificialmente para apresentar resultados positivos; perguntou se houve algum recurso próprio de despesas com relação ao FUNDEB que poderia ser do FUNDEB; o sr. Secretário Fábio disse que do total de Receita foi gasto tudo com o magistério e que a lei permita que fosse utilizado o mínimo de setenta por cento no magistério e trinta por cento nas demais despesas e como a folha era superior aos recursos que entrava ela aplicava tudo na folha; o sr. Jorge disse que em relação a aplicação do hospital houve um incidente de 56 milhões que o Governo aplicou além do gasto hospitalar e terceirização, o sr. Secretário disse sim que boa parte era para média



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

complexidade, o sr. Jorge perguntou se lá entrava contratos e consórcios implantados o sr. Secretário disse que o consórcio não entrava; o sr. Jorge perguntou se exista parcelamentos previdenciários fora do consolidado em passivos ocultos e o sr. Secretário disse que parcelamentos não e que somente o pagamento do ano; o sr. Jorge disse que a despesa com pessoal estava bem abaixo do limite permitido e perguntou quanto foi gasto com terceirizados que substituíram aqueles servidores; o sr. Secretário disse não ter aquela informação precisa porque era lançada em serviços de terceiros, porém, a exemplo do hospital tinha sido trinta e nove milhões quinhentos e quarenta mil e que deveria considerar a da OSC do CISMETRO e CONDESU que passaria de cem milhões; em seguida, o sr. Ruan - Diretor de Departamento disse que aquele cálculo baseado em lei, ele desconsiderava alguns valores que eram da folha de pagamento, como exemplo os auxílios alimentação e refeição não eram considerados como gastos com pessoal, mas no exercício de 2025 foram gastos dezesseis milhões e setecentos; o aporte para cobrir o déficit do JaguarPrev também não entrava naquele cálculo, explicou que tinham alguns gastos que estavam fora daqueles cálculos, mas que eram aplicados na folha; o sr. Jorge disse que sendo servidor público ele acompanhava bem de perto toda movimentação administrativa e que alguns gastos seriam elevados e que a folha ficaria baixa e aquela era a grande preocupação; explanou sobre suas preocupações e disse que teriam de analisar quanto estaria sendo gasto com cada área para ficar mais claro e seguro com o futuro; o sr. Secretário disse que entendia a preocupação, mas que de fato não tinham aqueles valores; o sr. Jorge perguntou sobre as emendas glosadas e o sr. Secretário disse as emendas parlamentares que não tinham sido utilizadas no exercício de 2025 se encontravam naqueles valores de 47 milhões; o sr. Jorge perguntou se tinha sido ajustado naquela apresentação do hospital o valor da sobra de 27 milhões; o sr. Secretário disse que aquele valor de 27 milhões era referente a LOA daquele exercício que tinha sido remanejado por conta da contratação o hospital e não tinha relação com o exercício de 2025; em seguida o sr. Presidente disse estar satisfeito com as respostas; agradeceu ao sr. Secretário e perguntou se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra e como não houve quem mais fizesse uso da palavra, o sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou aquela Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Documento assinado digitalmente

gov.br

JORGE LUIZ DE SOUZA

Data: 27/02/2026 15:13:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vereador Jorge Luiz de Souza

Presidente

Documento assinado digitalmente

gov.br

RAFAEL DA SILVA BLANCO

Data: 02/03/2026 09:52:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vereadora Geruza Melo do Nascimento Reis

Documento assinado digitalmente

gov.br

GERUZA MELO DO NASCIMENTO REIS

Data: 02/03/2026 15:34:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vereador Rafael da Silva Blanco
Secretário